



CADERNO DE CASOS
SEMIÁRIDO BRASILEIRO





1

TERRITÓRIO:
SERTÃO DO SÃO FRANCISCO - BAHIA

MODO DE VIDA EM COMUNIDADE TRADICIONAL DE FUNDO DE PASTO

REGIÃO SEMIÁRIDA DAKI-SV
Semiárido Brasileiro



CATEGORIA PRINCIPAL:
Acesso e Gestão da Terra

CATEGORIAS COMPLEMENTARES:
Inovação e Organização Social;
Conservação e manejo de Florestas

GRUPOS IDENTITÁRIOS:
Comunidades Tradicionais e Povos Originários

1. DADOS GERAIS

1.1 RESUMO

Próprio do Semiárido brasileiro, o modo de vida de comunidades tradicionais de Fundo de Pasto tem como principal característica o uso comum da terra, além do respeito profundo com o bioma local e práticas econômicas solidárias que garantem a vida das famílias conservando a Caatinga em pé, seja a partir do criatório, da agricultura de subsistência ou do extrativismo ecologicamente sustentável. Nestas comunidades, geralmente as famílias que a compõem possuem um grau de parentesco próximo e uma cultura viva e presente, que identificam o seu modo de vida como comunidade tradicional reconhecida pela legislação do Estado da Bahia.

A exemplo está a comunidade de Bom Jardim (município de Canudos-BA) que ao longo dos anos vem mantendo suas características tradicionais de gestão do território, e mais recentemente lutando em defesa do território contra ameaças que possam afetar o seu modo de vida e cultura, em especial de empreendimentos eólicos. As formas de organização social e defesa do acesso e gestão do território na Comunidade de Bom Jardim serão aprofundados nessa sistematização.

1.2 PALAVRAS-CHAVE

Fundo de Pasto, Território; Pertencimento; Uso comum da terra; Comunidade Tradicional

1.3 LOCALIZAÇÃO

Brasil, Região Nordeste, Estado: Bahia (norte da Bahia), Território de Identidade Sertão do São Francisco, Cidade: Canudos. Local: Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto Bom Jardim.

1.4 ATORES PRINCIPAIS

Na comunidade de Bom Jardim existem cerca de 80 famílias que são agricultoras, apicultoras, criadoras e artesãs, e vivem em modo tradicional de comunidade de Fundo de Pasto. Sendo esta sistematização sobre o seu modo próprio de conviver com a Caatinga e o território, elas são consideradas as protagonistas desta experiência na comunidade, na qual há grupos diversos de pessoas organizadas em associação comunitária (36 pessoas), pessoas que atuam no artesanato, outras pessoas na banda de pífano e diversas outras manifestações culturais.

Na comunidade residem homens, jovens, mulheres, negros e povos indígenas da etnia Kaimbé. Dos membros indígenas, alguns são da aldeia Massacará, que fica próxima à comunidade, e que a algum tempo foram morar em Bom Jardim. Tanto indígenas como os membros da comunidade, ambos têm o mesmo modo de vida e cuidados com o ambiente, e é possível considerar que a adaptação ocorreu de maneira natural, não tendo atualmente distinção entre seu modo tradicional de vida.

As mulheres da comunidade participam ativamente das atividades produtivas familiares, sendo muitas delas são chefas de família. A grande maioria cuida dos quintais produtivos, do manejo alimentar, sanitário e reprodutivo, além da criação de caprinos e ovinos. As mulheres também atuam na organização social da comunidade, sendo 12 delas atuantes diretas da associação comunitária, discutindo propostas que dialoguem com o bem estar da comunidade. Apesar de serem um terço do quantitativo de sócios, as mulheres não exercem cargos na diretoria da associação, sendo apenas uma delas membro suplente do conselho fiscal. As mulheres são as maiores responsáveis pela geração de rendas não monetárias, pois trabalham nos quintais e com os pequenos animais que servem de alimento no cotidiano das famílias.

Quanto aos jovens, estes, têm um expressivo envolvimento nas atividades produtivas familiares, principalmente nos manejos da criação de caprinos, ovinos, bovinos e aves. Eles também participam das atividades coletivas de manutenção e monitoramento das áreas. Fazem também parte da associação comunitária diretamente 11 jovens, onde um deles exerce o cargo de vice-presidente e outro o cargo de suplente no conselho fiscal. Alguns jovens formaram-se em cursos técnicos em Agropecuária na escola Família Agrícola de Monte Santo, e hoje permanecem na comunidade somando-se às atividades rotineiras; outros jovens casaram e se mantiveram na comunidade, contribuindo para a ideia de que haverá uma sucessão rural por parte destes jovens que vem permanecendo no território.

A comunidade envolve todos os seus grupos sociais, se organizam coletivamente em atividades diversas, seja para manutenção das áreas coletivas, para a defesa do território e também de seu próprio modo de vida, que ao longo dos anos vem sofrendo grandes ameaças. Há algumas atividades de manutenção do território (como fazer aceiros, colocar placas) que, pela grande extensão da área em que se percorre, os homens vão a cavalo e as mulheres não costumam participar.

1.5 ORGANIZAÇÃO/ÕES PARTICIPANTE/S

A experiência se desenvolve autonomamente. Porém, no dia-a-dia existem organizações e instituições parceiras que apoiam e atuam no fortalecimento das práticas e discussões que contribuem para a permanência do território. São elas:



Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – Irpaa: organização social que dos anos de 2015 a 2018 desenvolveu atividades de Assessoria Técnica e Extensão Rural na comunidade, através do Projeto ATER – PCT (Povos e comunidades Tradicionais) voltado para Povos e Comunidades Tradicionais, no qual fortaleceu as discussões de permanência no território, além do desenvolvimento de diversas atividades sociais e produtivas. Mas antes mesmo da execução deste projeto, o IRPAA já se fazia presente nas discussões na comunidade.

Articulação Regional de Fundo de Pasto de Curaçá, Uauá e Canudos – CUC: articulação de comunidades de Fundo de Pasto que, junto a outras comunidades da Região CUC, presta apoio nos diálogos e discussões que fortalecem a luta de defesa do modo de vida tradicional e do território.

Movimento Indígena Kaimbé: algumas pessoas que hoje residem na comunidade são desta etnia indígena, e que se somam ao movimento, ganhando força nas lutas de territorialidade e de fortalecimento do senso de pertencimento.

Instituto Popular Memorial de Canudos – IPMC: organização social que se faz presente na comunidade através do apoio de seus colaboradores, que se somam às discussões das lutas comunitárias e de permanência no território, dando continuidade e fortalecendo as memórias locais de organização e enfrentamento conselheiristas, inspirados pelo episódio histórico do Arraial do Belo monte e da Guerra de Canudos¹.

Escola Família Agrícola de Monte Santo – EFASE: instituição de ensino referência para a região, cujos jovens da comunidade são egressos, e outros ainda se encontram em processo formativo. Alguns dos jovens egressos são, hoje, importantes lideranças na comunidade e muitas das discussões pautadas por eles têm raízes no processo de formação da escola.

Coletivo de Jovens CUC: coletivo que realiza trabalho voltado para a valorização dos jovens e da sucessão rural nas comunidades, sendo formado por jovens de diversas comunidades tradicionais que buscam na coletividade se fortalecer e fortalecer assim as suas raízes tradicionais.

Governo do Estado da Bahia: financiamento e/ou cooperação de projeto de fortalecimento das atividades rurais: Projeto de Assessoria Técnica e Extensão Rural para Povos e Comunidades Tradicionais-ATER PCT.

Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA BA: a comunidade foi contemplada com projetos de acesso a água pelo Programa Um Milhão de Cisternas e também o Programa 1 Terra Duas Águas. As tecnologias de captação e armazenamento de água proporcionadas garantiram o acesso a água para consumo, uso doméstico e também para a produção nos quintais.

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco – Constesf: o Constesf é uma associação pública fruto de um longo processo de articulação para o desenvolvimento de política territorial nos 10 municípios do Território do Sertão do São Francisco na Bahia, através do qual se realizaram diversas obras hídricas e tecnologias de acesso à água em Bom Jardim.

¹ Episódio da história nacional, que culminou na resistência e massacre de mais de 20 mil sertanejos, por parte do exército da República, entre 1896 e 1897. O Arraial de Belo Monte se situava no município de Canudos, interior do estado da Bahia, onde viviam cerca de 20 mil pessoas. Essa vila, localizada na região semiárida do vale do rio Vaza-Barris, era liderada por Antônio Vicente Mendes Maciel, mais conhecido como beato Antônio Conselheiro. Lá sobreviviam da agricultura e da criação de animais de modo comunitário, buscando alternativas para sobrevivência à seca da região: tudo o que produziam era dividido e o que sobrava era vendido nas vilas vizinhas. O crescimento da comunidade e a liderança religiosa de Conselheiro passaram a incomodar os líderes das igrejas e os coronéis das fazendas da região. Em 1896 inicia o confronto que envolveu três expedições militares ao interior do Brasil, conhecida como a Guerra de Canudos, que termina em 1897 com a destruição do arraial.



1.6 REFERÊNCIA TEMPORAL

Presente no semiárido nordestino, as comunidades de Fundo de Pasto são dotadas de sistemas de uso comum da terra e podem ser consideradas uma das formas de organização social camponesa mais resilientes. São remanescentes de práticas tradicionais de uso da terra, onde as reservas de pasto são de uso comum e são formadas por grandes áreas de vegetação nativa, a Caatinga.

O surgimento destas comunidades pode ser considerado no período colonial do século XVI, onde todo o território Brasileiro era originalmente indígena. No estado da Bahia, após a invasão europeia, o território foi reordenado e toda a sua extensão ficou nas mãos de duas famílias latifundiárias: a primeira família eram os Garcia d'Avila, cujas terras se estendiam do litoral onde estava a Casa da Torre (sede da sesmaria, próxima a capital Salvador), atravessando o rio São Francisco até o estado do Maranhão; a segunda família eram os Guedes de Brito (Casa da Ponte), cujo o seu território estava localizado mais ao sudoeste do estado da Bahia, se estendia desde o Morro do Chapéu na Bahia, até o rio das Velhas, em Minas Gerais.

Estes latifúndios praticavam a criação extensiva da pecuária bovina em meio a Caatinga, onde havia a figura dos vaqueiros, que eram índios, mestiços ou pessoas escravizadas responsáveis pela manutenção da atividade. Além da exploração da pecuária bovina, estes latifundiários também recebiam o pagamento de terceiros sobre o uso de suas terras, o que na época era um valor muito significativo, proporcionando, assim, mais poder para colonizar novas áreas, subjugando os nativos e exterminando os que resistiam.

Logo, a vastidão das áreas de Caatinga foi tomada por gado que eram criados em regime de solta, e com os vaqueiros de grandes fazendeiros vinculados as casas da Torre. Essa atividade pastoril era desenvolvida nos territórios onde não havia cana de açúcar, principal atividade econômica da época, e onde se formava uma economia complementar. O rio São Francisco foi estratégico neste processo, pois ao longo de suas margens iam se disseminando pequenos rebanhos, que eram entregues sempre aos cuidados de um casal de escravizados, estratégia essa para a ocupação do território. Os animais eram criados à solta, sem delimitação de área.

Com o passar do tempo houve o declínio da produção da cana de açúcar, assim as motivações da criação de bovinos também caíram, e os grandes fazendeiros se afastaram da região. No final do século XVIII, deu-se o fim do império dos Garcia D'Avila (Casa da Torre) e de Guedes de Brito (Casa da Ponte), e os territórios que faziam parte destas duas grandes casas foram desagregados. As terras resultantes desta desagregação, independente da origem (herança, compra, aforamento etc.) carregavam consigo a incerteza de limites, como também a falta de documentações que assegurasse a posse legítima das terras.

Estes componentes estabeleceram a ocupação da terra pelos moradores de ambas regiões. Estes, por sua vez, fizeram adaptações que possibilitassem a garantia da reprodução da vida e estabelecimento na terra, o que levou, por exemplo, a substituição do gado nas áreas mais secas, pelo bode criado à solta (regime extensivo), animal que possui uma adaptação maior às condições climáticas semiáridas.

As terras ocupadas ficaram conhecidas como “campos comuns”, com respaldo na figura jurídica do compáscuo². Alcântara, 2009 cita que a Lei do compáscuo foi legitimada em setembro de 1850, e um dos itens tratados no decreto regulamentava o uso da terra e cuidava para que os campos de uso comum fossem conservados: “O campo do compáscuo podia ser usufruído, mas não ocupado por pessoas, tampouco declarado como posse de um só possessor”. Dessa forma se estabelece a origem legal das terras que hoje são áreas de Fundo de Pasto.

Na Bahia, a Lei que regulamenta hoje as áreas de fundo de pasto é a Constituição Baiana de 1988:

2 Pastagem comum. Direito de comunhão de pastos ou a um pasto comum, entre proprietários de prédios diversos.



“No caso de uso e cultivo coletivo da terra sob forma comunitária, o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente construída, especialmente nas áreas denominadas de Fundo de Pasto ou Fecho e nas ilhas de propriedades do Estado, vedada a esta transferência do domínio”. (Artigo 179, parágrafo único, Constituição Baiana 1988).

O estado da Bahia possui hoje aproximadamente 1.000 comunidades tradicionais de Fundo de Pasto reconhecidas, que compartilham de origens semelhantes.

A comunidade de Bom Jardim, segundo os habitantes mais velhos, tem sua povoação iniciada em 1800. Ao longo dos anos, até os dias de hoje, vem mantendo a tradicionalidade de uso comum da terra, e a divisão das atividades de cuidados destas áreas. A comunidade foi formada por pessoas que vieram de outras regiões, e ao longo dos séculos foram se constituindo em famílias e se formando as relações comunitárias, onde ainda hoje há uma grande relação de parentesco entre os comuns, e estes também mantêm as relações de compadrio. A comunidade se organizou e constituiu a Associação de Fundo de Pasto de Bom Jardim, criada em 1999 e registrada legalmente em 2001. Em 2002, a comunidade conquistou o reconhecimento como Fundo de Pasto, sendo assim certificada e titulada em 2006, e até os dias atuais segue resistindo e mantendo sua forma de convivência com o semiárido.

1.7 OBJETIVOS

- Acessar e gerir a terra e território tradicional: contribuir com a defesa do território tradicional que é a base do modo de vida das famílias;
- Conservar o bioma Caatinga: a gestão do território tradicional é essencial para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, pois o uso coletivo do território garante a sustentabilidade econômica, social e ambiental, com uma produção de alimento sustentável sem uso de agroquímicos;
- Preservar as tradições e costumes: as famílias há gerações têm preservado os costumes e manifestações culturais. As práticas de solidariedade são muito comuns entre as famílias, além dos festejos e a religiosidade que contribuem para o fortalecimento da identidade e da organização social.

1.9 DESAFIO

A comunidade de Bom Jardim enfrenta diversos desafios assim como as demais comunidades fundo de pasto. Um dos desafios que mais chama atenção é a chegada e instalação de empreendimentos eólicos, que promovem o desmatamento, diminuindo o acesso da comunidade ao território e limitando as áreas comuns de fundo de pasto.

Outro desafio a ser colocado é a falta de acesso à políticas públicas no território que garantam: acesso à água de consumo, muitas famílias ainda se deparam com esta dificuldade, pois a única fonte de água de consumo são as cisternas, tecnologias que nem todas as famílias têm acesso, e que muitas das vezes a água é utilizada para outras atividades; o saneamento rural, que é um desafio em diversas comunidades, não apenas nas de fundo de pasto; a assessoria técnica e extensão rural continuada voltada especificamente para as comunidades tradicionais fundo de pasto; o financiamento público para produção agrícola e animal. Essas e outras questões afetam diretamente os aspectos econômico, social e ambiental.



1.10 DIMENSÃO RESILIENTE

Nas comunidades tradicionais de fundo de pasto, a preservação do bioma está intimamente ligada ao modo de vida das pessoas neste território. O jeito de viver, produzir e cultivar, mantém a harmonia com a conservação do meio ambiente e a manutenção da Caatinga em pé. Segundo Cunha et al. (2021), as comunidades tradicionais são as principais responsáveis pela preservação da Caatinga, bioma que se encontra ameaçado e em processo de desertificação.

A mata nativa local vem sendo conservada através da comunidade Bom Jardim, uma vez que é da Caatinga que as famílias tiram alimento e renda. O modo tradicional de vida em comunidade de fundo de pasto, têm se mostrado ser importante forma de convivência e condição de renda sustentável. Sem destruir a natureza, essas comunidades do semiárido produzem alimentos (humano e animal), artesanatos, preservam a biodiversidade, mantêm a “Caatinga em pé” garantindo o sequestro de carbono e o combate à desertificação, protegendo, assim, a fauna e flora deste bioma único no mundo.

Tendo como base estes elementos, podemos considerar que na comunidade de Bom Jardim, diversas ações contribuem para o fortalecimento da resiliência às mudanças do clima. Neste sentido destacam-se:

- O uso coletivo do território por parte das famílias que ali vivem, buscando garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental;
- A organização social por parte do coletivo, pois as famílias realizam regularmente a manutenção da área coletiva, com por exemplo a reabertura das variantes e identificação com placas; ações importantes para a defesa da terra e territórios tradicionais;
- Apoio de forma mútua e solidária em momentos difíceis, realizando atividades em mutirões, fortalecendo a organização social e defesa do território tradicional.

2. DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Presente no semiárido nordestino, as comunidades de Fundo de Pasto são dotadas de sistemas de uso comum da terra e podem ser consideradas uma das formas de organização social camponesa mais resilientes. São remanescentes de práticas tradicionais de uso da terra, onde as reservas de pasto são de uso comum e são formadas por grandes áreas de vegetação nativa, a Caatinga.

As comunidades de Fundo de Pasto persistem em manter seu modo de existência, sua cultura e seu território em meio às mudanças da contemporaneidade. Estas comunidades possuem uma forma de viver muito particular, sendo seu modo de vida baseado no uso comum do território associado às suas práticas sociais e econômicas, como as áreas coletivas para o criatório de caprinos, ovinos, suínos e bovinos em alguns casos.

No sentido ambiental, o bioma Caatinga é conservado e, além disso, é mantida uma relação de beneficiamento mútuo com o meio-ambiente, onde a mata nativa é usada de maneira sustentável, seja para uso medicinal (com a enorme variedade de plantas encontradas na Caatinga para este fim), seja para consumo e/ou beneficiamento (como a prática do extrativismo sustentável de frutas nativas, como o maracujá da Caatinga e o umbu).



A relação com a Caatinga é extremamente importante no contexto dessas comunidades, uma vez que as famílias conservam as áreas de natureza, pois sabem que é nelas em que criam seus animais, extraem frutas, plantas medicinais e matéria prima para artesanato, constituindo uma relação de troca, onde a Caatinga oferece possibilidades de subsistência das famílias e por sua vez, as famílias cuidam da Caatinga.

Socialmente, nas comunidades de Fundo de pasto há uma forte relação de companheirismo e solidariedade, onde a maior parte das famílias residentes tem laços fraternos de parentesco ou de compadrio, sendo essa também uma das suas características marcantes.

Uma das principais lutas das comunidades de Fundo de Pasto é pelo seu reconhecimento, através da certificação de comunidade tradicional e regularização das áreas coletivas. As comunidades tradicionais do Estado da Bahia precisam solicitar a certificação e reconhecimento do seu modo tradicional de vida, via secretaria de Promoção de Igualdade Racial - Sepromi, como está no artigo descrito no inciso 1 do artigo 2º da lei 12.910/2013 do estado da Bahia, e a regularização das suas terras, em especial de uso coletivo, ser solicitada via Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário - CDA. É importante salientar que esta lei de regularização fundiária não garante o efetivo direito à terra, causando insegurança quanto ao real direito das comunidades.

Quando implementada, a mesma lei 12.910/2013 do estado da Bahia estabeleceu um prazo de 31 de dezembro de 2018 para a solicitação deste reconhecimento e certificação como Comunidade Tradicional de Fundo ou Fecho de Pasto, e a regularização dos territórios tradicionais. Na época, foi feito grande empenho de organizações sociais e populares, grupos locais e Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, para mobilizar as comunidades. Foram realizadas diversas ações para sensibilizar as comunidades para a auto identificação como comunidades tradicionais, além de vários debates sobre suas características, seus direitos previstos, a importância de garantir a permanência nos territórios, e a importância de solicitar a certificação. Assim como também foram realizadas mobilizações para mudar os prazos estabelecidos na lei para o pedido de certificação, que até então continua na mesma data prevista.

Até o momento (2021), a Bahia tem cerca de 758 comunidades certificadas como Fundo de Pasto e mais de 210 aguardando a aprovação. No entanto, o que identifica profundamente estas comunidades não é apenas um documento, e sim a relação existente entre os comuns e com a natureza. Assim, destes números apresentados de quase 1.000 comunidades de Fundo de Pasto no Estado, sabe-se que existem mais, pois há muitas comunidades que apresentam tais características, porém não solicitam a documentação.

Muitas comunidades tradicionais de Fundo de Pasto localizadas no Território Sertão do São Francisco, têm sofrido ameaças por parte dos grandes empreendimentos, que invadem as comunidades para exploração dos bens naturais, não respeitando os critérios legais, a natureza e os moradores dos territórios. São parques eólicos e mineradoras, além dos especuladores e grileiros, que se articulam com outros poderes para inibir e expulsar as pessoas que vivem por séculos nestas comunidades, de forma livre, produzindo de maneira coletiva e cuidando da natureza. Estas ações têm exigido um maior envolvimento e articulação entre comunidades e organizações de apoio para defender os direitos de povos e comunidades tradicionais. Nessadefesa do território, há o envolvimento de todos os grupos da comunidade.

2.2 HISTÓRICO

A comunidade Tradicional de Fundo de pasto Bom Jardim, tem sua origem há mais de 200 anos. Os moradores locais contam que por volta do ano 1800, chegaram as primeiras famílias na comunidade sendo: João de Mulato, Maringó, Satiro, Dadá, Cidiá e Antonio de Isabel. Nesse período iniciou-se a ocupação das terras na região e a prática da agricultura e pecuária para o autoconsumo. Essas famílias tinham como fonte de renda a criação de pequenos animais, cultivos de sequeiros (milho e feijão) e extrativismos na Caatinga. Nesta época surgiu



também a primeira aguada coletiva da comunidade conhecida hoje como Tanque Velho, que serve de refrigério para os animais.

Os moradores ainda relatam que o nome Bom Jardim, tem sua provável origem por conta de uma grande área de plantas com flores amarelas conhecidas na região como erva de São João, que havia na comunidade a tempos atrás. As pessoas olhavam para a área, achavam bonita e lá também ficavam à vontade, pessoas e animais, chamando o local de “o bom jardim” e originando assim o nome da comunidade.



Figura 1 Comunidade tradicional Fundo de Pasto Bom Jardim, 2021.

Em 1976 a comunidade sofreu com uma grande seca, ocasionando a redução da criação animal. Em 1999 foi constituída a Associação de Fundo de Pasto da comunidade com o objetivo de proteger a área de coletiva da comunidade e organizá-la para buscar melhorias para o desenvolvimento local. Em 2001, a associação é registrada legalmente e descrita como atividade principal de defesa de direitos sociais. Em 2002, a comunidade foi reconhecida como Tradicional de fundo de pasto, sendo assim titulada em 2006.

No período de 2016 a 2018 a comunidade foi acompanhada pelos serviços de ATER com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais, via Governo do Estado da Bahia e executado pelo Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada-Irpa. O projeto contou com envolvimento de todo o público da comunidade, priorizando a participação de mulheres e jovens em todas as atividades e discussões realizadas. Nas ações de apoio a comunidade, este foi o único projeto de assessoria técnica recebido até o momento.

Na comunidade de Bom Jardim, as famílias que seguem este modo de vida são guardiãs da Caatinga, mantendo-a preservada por saber da sua importância para manutenção das suas vidas e da saúde planetária. A área total da comunidade, segundo moradores locais, passa de 2.000 hectares, porém tem uma área certificada de

apenas 1.206 hectares. Cada família possui uma área de posse ou domínio, que faz uso individual para cultivos e criação de aves e suínos, enquanto o bode e o boi ficam soltos na área aberta de fundo de pasto.

A comunidade apresenta diversas atividades características que representam o modo de vida de Fundo de Pasto e que somaram para sua seleção neste processo de sistematização, sendo algumas delas: a realização de mutirões para cuidar dos criatórios, colheita, manutenção dos roçados e do território tradicional; além do monitoramento do território para que não ocorram queimadas, extração de madeiras, desmatamentos e caças desordenadas de animais silvestres. As famílias se organizam e, sempre que identificam alguma ameaça, se reúnem para não permitir que estas ações ocorram dentro do território tradicional.

A comunidade possui uma estratégia importante para convivência que é o cuidado com a área de domínio coletivo, que não possui cercas e onde se mantém a vegetação densa de Caatinga, utilizada para o pastejo animal e extrativismo sustentável que compõem o modo de vida tradicional. O extrativismo sustentável da Caatinga se dá para o consumo humano e animal, com frutas nativas a exemplo do licuri, murici, umbu, maracujá do mato, plantas medicinais e forrageiras, já o extrativismo para a produção de artesanatos tem como matéria prima licuri, sementes, caroá e madeira de umburana.

O território de Bom Jardim é caracterizado por antigas e recentes grilagens, diretas e indiretas, por iniciativa privada, empresas e pelo estado, ameaçando, impedindo e desapropriando partes do território. A disputa dos territórios com grupos econômicos tem sido uma constante ameaça às comunidades tradicionais de Fundo de Pasto.

Atualmente a comunidade está sendo impactada com a implantação de um Complexo Eólico na cidade de Canudos. As preocupações com os impactos que este empreendimento pode causar a mais de 11 comunidades tradicionais, incluindo Bom Jardim, levou o Ministério Público Estadual a recomendar ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema), no mês de julho/2021 a suspensão das atividades de implementação do parque. Segundo a recomendação, “a instalação do empreendimento pode causar impactos irreversíveis para a fauna da região e para as comunidades tradicionais”.

Apesar da recomendação do Ministério Público, as obras não foram interrompidas e a comunidade de Bom Jardim já sente os impactos e demonstra sua preocupação. As ações da empresa já impactam diretamente as atividades nas áreas coletivas, como o afastamento dos animais, devido a presença de pessoas e movimentação de veículos. Os caprinos e bovinos não fazem mais pastoreios nas áreas próximas às obras, e muitos animais domésticos e nativos estão fugindo em busca de outros territórios em decorrência do desmatamento e do barulho das máquinas no entorno. Até os vaqueiros da comunidade estão sendo impedidos de circular nessas áreas que antes eram territórios de livre acesso das comunidades e dos animais.

Há, ainda, a preocupação com o desmatamento que vem ocorrendo para a implantação do parque, além de as famílias relatarem a presença de pessoas desconhecidas no entorno da comunidade, temendo ameaças de grilagem das terras (posse ilegal de terras devolutas ou de terceiros). Estas ações têm exigido um maior envolvimento e articulação entre comunidades e organizações de apoio para defender os direitos dessa e de outras comunidades tradicionais que vem enfrentando a mesma realidade.

Das políticas públicas acessadas que fortaleceram a permanência no território, destaca-se a Assistência técnica ATER - PCT, com assessoria voltada para a realidade da comunidade; o Projeto 1 Milhão de Cisternas (cisternas de consumo), beneficiando inicialmente 17 famílias da comunidade que até então não tinha reservas de água para consumo; e o Projeto P1 + 2 (Cisterna de produção), viabilizando a produção de frutas, hortaliças e pequenos animais nos quintais, além de garantir água para os diversos usos domésticos.



Ainda sobre as alianças e redes da comunidade, a organização do consórcio TISSF (Constesf) garantiu a construção de 3 barreiros tipo trincheira e 15 cisternas de enxurrada, ambos para produção, garantindo água para a produção vegetal e animal na comunidade. Através do Constesf também foi possível a construção das mais 15 cisternas de primeira água. Por fim, há ainda o fomento (auxílio financeiro do Estado da Bahia), para melhoria das atividades agrícolas, porém nem todas as famílias foram beneficiadas.

2.3 DESCRIÇÃO DE PRÁTICAS/PROCESSOS

Dentre as práticas relevantes realizadas pela comunidade para a resiliência em seu território, é possível destacar três linhas de atuação: a organização social; gestão sustentável e coletiva dos recursos naturais e, por último, a defesa do território, que recentemente vem se intensificando.

A **organização social e comunitária** é a principal ferramenta para manutenção desse modo de vida, pois, a partir da participação das pessoas da comunidade são desenvolvidas as principais estratégias de convivência e de defesa do território. Na organização social e comunitária de Bom Jardim fazem parte homens, mulheres e jovens (homens e mulheres), as famílias fazem o uso adequado dos bens naturais disponíveis, e a preservação de meio ambiente, seguindo práticas tradicionais, que são de suma importância para a proteção da vida e do bioma.

Para efetivar essa organização, o associativismo tem um importante papel neste processo, pois no geral têm por finalidade a promoção de assistência social, cultural, representação política e defesa de interesses de classe. Para organizar a comunidade em associação, é necessário que se compreenda que esta é uma organização sem fins lucrativos, resultante da reunião legal entre duas ou mais pessoas e que estejam em prol de um objetivo comum.

Quando é criada uma associação, é necessário que sejam estabelecidas regras que vão nortear o trabalho coletivo. O mais importante é que a vontade de criar uma associação precisa nascer de uma ideia comum, da vontade de um coletivo. É preciso que todos tenham a consciência de que o termo “eu” deve ser substituído por “nós” e o “meu” por “nosso”.

Na legislação brasileira há algumas leis e recortes que tratam do associativismo:

- Constituição Federal de 1988, Art. 5º, incisos XVII a XXI;
- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, Art. 53 a 61;
- Lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005;
- Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973;

A organização social pode existir sem a necessidade de uma associação, porém, associar-se pode contribuir no caso de a comunidade desejar se organizar formalmente através de um órgão que os represente, e com isso melhorar a garantia de seus direitos. É necessária a formalização de uma associação, e esta precisa seguir algumas regras para sua existência, além da necessidade de solicitar declarações como: o pedido de inscrição no cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; solicitar alvará de funcionamento na prefeitura; realizar a Declaração de Imposto de Renda; fazer a declaração anual de informações sociais- RAIS, e realizar o pagamento algumas taxas geradas através destas declarações.

O gasto médio para ativação de uma associação fica em torno de R\$ 800,00. Com isso é necessário que a associação cobre alguma taxa (mensalidade) para os sócios, garantindo assim a sua existência. Do processo associativista, podem e devem fazer parte todos que se sentirem à vontade, envolvendo principalmente mulheres e jovens em todos os processos, inclusive nos cargos de direção.



A Associação Comunitária e Agropastoril dos Agricultores e Agricultoras Familiares da Comunidade Tradicional de Fundo de Pasto Bom Jardim tem na sua descrição principal a defesa de direitos sociais, o que fortalece ainda mais o papel da mesma. Ao longo da sua existência vem seguindo alguns objetivos que fortalecem o modo de vida:

- Garantir o direito permanente e o uso da terra, através do título de propriedade, tanto a nível coletivo como familiar, para quem efetivamente trabalha nela, impedindo apropriações indevidas que ameacem a integridade da área e a sobrevivência de seus moradores;
- Desenvolver e fortalecer atividades agrícolas e o criatório de caprinos e ovinos ou qualquer outra atividade agrícola ou criação;
- Garantir e defender os direitos dos(as) associados(as) junto ao poder público, principalmente nas necessidades de educação, saúde, agropecuária, transporte e lazer;
- Apoiar as justas reivindicações dos(as) trabalhadores(as) a respeito da saúde, educação, salário, condições de transporte, moradia, água e outras melhorias que atendam às necessidades básicas da comunidade.

A associação comunitária é composta por 36 sócios, que se reúnem uma vez por mês para discutir assuntos pertinentes a realidade da comunidade, como também para buscar caminhos para resolver empasses que surjam. Esta associação dá subsídio para a coletividade e por vezes já representou a comunidades em diversos espaços de luta. É destaque também a participação de mulheres e jovens nas discussões, e em todos os processos decisivos dentro da associação, como também em todas atividades promovidas dentro e fora da comunidade, tendo participação ativa na associação de 12 mulheres e 11 jovens.

Um outro ponto importante é o auto reconhecimento e certificação da comunidade, como Tradicional de Fundo de Pasto, que aconteceu em 2002, recebendo o título em 2006. Fruto de uma busca coletiva onde a comunidade amparada na constituição Federal 1988 artigos 215 e 216, buscou seu auto reconhecimento, certificação de reconhecimento e do seu modo tradicional de vida, via Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário-CDA. Esta conquista foi fruto da organização da comunidade e de apoios externos de entidades que atuavam no entorno como é o caso das Irmãs da paróquia local, da Articulação Estadual de Fundo de Pasto e do IRPAA.

Outro destaque importante para o processo organizativo na comunidade, é a manutenção de costumes como a realização de mutirões, trabalhos que se fazem coletivamente e de maneira gratuita, em apoio a outros moradores e buscando melhorias. Esse tipo de atividade se dá principalmente no meio rural, e pode ser para cuidar dos criatórios de bode e de gado, na busca de animais que se perdem, na busca de água ou de alimentos para os animais, no plantio e colheita de alimentos, manutenção dos roçados, assim como também para ajudar algum membro da comunidade que esteja com alguma necessidade específica, principalmente em casos de doenças e/ou dificuldade em conseguir o alimento para o consumo familiar.

As famílias vêm se organizando em mutirões para manutenção das áreas de uso coletivo, onde em especial os homens (jovens e adultos) saem de casa montados a cavalo, e fazem a visita em toda a área em uma espécie de vigilância. Neste momento eles observam se há alguma anormalidade, seja presença de pessoas estranhas nas áreas, que possam desestabilizar a harmonia do ecossistema, a exemplo de caçadores de animais silvestres. Nesta vigilância, observam também se há a falta de algum animal (bode e/ou gado) dentro da área, e quando isso acontece os vaqueiros se reúnem e vão em busca dos animais perdidos. Os vaqueiros montados a cavalo, também realizam a abertura de aceiros ou Variantes, que são a demarcação da área de fundo de pasto através da realização de limpeza/roçagem/desbaste, de forma que os limites da área sejam visualizados, melhorando o acesso e delimitando a área da comunidade. Já que não há cercas, essa é a única forma de demarcar.





Figura 2 Momento coletivo com a comunidade para levantamento de dados da sistematização, 2021.

No que se refere a **gestão coletiva e sustentável do território**, as famílias são as responsáveis por todo o território, e desta maneira compreendem a importância da manutenção do bioma ali presente para geração de alimentos para si e para os animais, como também para a geração de renda, uma vez que as famílias sobrevivem do que plantam e colhem e/ou do que extraem da Caatinga. Há, ainda, uma forma de entendimento entre todos sobre a importância da Caatinga e os benefícios que ela traz para as famílias e para as futuras gerações, como também a importância da terra, e da cultura que vem sendo mantida a cada geração. Todo esse conhecimento e entendimento vem sendo passando por gerações, e sendo fortalecido em espaços coletivos, promovidos por a comunidade e/o parceiros.

A gestão das áreas de uso comum, se dá por toda a comunidade, onde o processo de gerenciamento é feito de maneira sustentável, sem exploração da Caatinga e/ou do solo. As famílias retiram da Caatinga frutos para se alimentarem e/ou beneficiarem, produzindo algum alimento (doces, sucos etc.). A retirada dos frutos é realizada sem degradar o ambiente e sem causar danos as árvores (colhendo os frutos direto em cada árvore, sem usar gravetos, varas ou pedras para a colheita). Há ainda a retirada de plantas para uso medicinal, seja para as pessoas ou para os animais.

Da Caatinga também são retiradas matérias primas para produção de artesanatos, a exemplo de sementes, madeira e caroá (*Neoglasiovia variegata*), planta resistente e típica das áreas de Caatinga. As folhas do caroá fornecem fibra para a confecção de barbantes, linhas de pesca, tecidos, cestos, esteiras e chapéus, além de outras peças artesanais e decorativas. Nestas práticas, se envolvem homens, mulheres e jovens, porém não há um grupo organizado na comunidade, tudo acontece ainda de maneira individual.



Figura 3 Animais criados à solta na área de uso coletivo. Fonte: IRPAA.

Por fim, as práticas de **defesa do território** permeiam as lutas que a comunidade vem travando com o empreendimento de energia eólica, que a cada dia segue destruindo a Caatinga nativa e mudando a rota de pastejo dos animais, mudando a realidade da comunidade. Por vezes a comunidade realiza momentos coletivos de luta e discussão, na expectativa de garantir que a não tenham maiores prejuízos. Também se organizam para monitorar o seu território de abrangência, observando se há invasores/ou grilagem nas terras, na busca de impedir qualquer ação que venha a desarticular a comunidade. Além de impedir a ação de queimadas, retirada ilegal de madeiras, desmatamento e caça de animais silvestres, que muitas vezes ocorrem com a presença de caçadores que vem de outras regiões.

Um outro fato importante e que merece destaque é a colocação de placas de identificação em toda a comunidade, tanto nas áreas de Caatinga, onde pastejam os animais, como também na área onde ficam as casas. Essas placas contém a informação de “Fundo de pasto, Comunidade Bom Jardim, Lei 12.910/2013”, e servem para identificar as áreas da comunidade na tentativa de evitar grilagem e apropriação inadequada das terras.

A colocação de placas de identificação ajudou na demarcação da área da comunidade, inclusive nos momentos em que os vaqueiros saem para fazer a vigilância. As placas foram feitas com material de reuso, sendo pintadas em restos de lataria de veículos antigos e de eletrodomésticos sem funcionamento (fogão e geladeira). Sua sustentação foi feita com as próprias árvores da área e em outras partes foram utilizadas madeiras secas da Caatinga. A tinta para pintura dos nomes foi adquirida pela comunidade, custando valores irrisórios se comparado com a importância e o grande significado do feito, que foram feitos e colocados em locais estratégicos pelos próprios moradores.

É preciso salientar que as três linhas apresentadas – organização social, gestão sustentável e coletiva e a defesa do território –, são práticas interdependentes, uma vez que a gestão social e coletiva depende diretamente da organização que há no território, e da forma como esta organização é gerida e encaminha os processos

participativos. Assim também acontece com a defesa concreta do território que é viabilizada através do coletivo, que reúne forças para lutar contra as adversidades que os ameaçam.



Figura 4 Organização dos moradores para colocação das placas de identificação nas áreas de uso coletivo. Fonte: IRPAA.

2.6 RESULTADOS E IMPACTOS

Observando na experiência o envolvimento dos membros da comunidade tradicional de Fundo de Pasto (homens, mulheres, jovens, negros/as e indígenas) nas organizações locais (associação comunitária, agricultores/as familiares, grupo de artesanato, banda de pífano e grupo religioso), é perceptível que a experiência e conhecimento adquirido por estas pessoas e organizações sobre o território e a biodiversidade local, é o que possibilita a construção deste modo de vida e o que garante uma produção em harmonia com a conservação do meio ambiente e a manutenção da Caatinga em pé, alinhando a conservação da natureza com a produção e uso sustentável.

Outro importante ponto é que a partir do envolvimento das famílias nessas organizações é possível criar articulações com outras comunidades na defesa do território tradicional, que por vezes vem sendo ameaçado não só em Bom Jardim, mas em diversas comunidades tradicionais. Essa organização também fortalece a busca de direitos adquiridos pelos povos, que por vezes são negados.

Observa-se ainda as contribuições significativas no âmbito da sustentabilidade e resiliência às mudanças climáticas na região semiárida, como o uso coletivo e gestão da terra, modo este que contribui para a preservação e cuidado com o bioma Caatinga e proteção da fauna, buscando garantir a sustentabilidade econômica, social e ambiental por parte das famílias que ali vivem. As grandes contribuições da experiência nesse sentido são a conservação da Caatinga, onde na comunidade há pelo menos 1200 hectares de área conservada e articulada com a produção, com o consequente sequestro e fixação de carbono da atmosfera, que ameniza o efeito estufa e o aquecimento global além de conservar a água, o solo e a biodiversidade.

De modo geral, as comunidades Fundo de Pasto estão diretamente ligadas as práticas de manutenção do bioma, que garantem as práticas produtivas, como por exemplo, a criação extensiva de animais em áreas coletivas, que é uma característica marcante destas comunidades, o extrativismo de frutas nativas como umbuzeiro, a produção de mel, além de incalculável valor cultural e simbólico das relações pessoais e de uma cultura própria, grau de parentesco próximo, compadrio ou solidariedade comunitária associada à preservação de tradições e práticas sociais. O conhecimento adquirido por estas pessoas e organizações sobre o território e a biodiversidade local perpassa de geração em geração, garantindo um modo de vida diferenciado para esses povos.

Na comunidade de Bom Jardim há o envolvimento e protagonismo de todos os membros da comunidade tradicional de fundo de pasto, sem distinção entre homens, mulheres, jovens, negros/as e indígenas. A participação das mulheres nos espaços de discussão e de tomada de decisões dentro da comunidade é ativa, porém observa-se que em outros espaços de discussão externos há pouca participação feminina, assim como em comunidades semelhantes. A limitação da atuação das mulheres em espaços sociais e políticos, assim como em outras comunidades rurais, pode ser considerado reflexo das heranças sociais de uma sociedade amplamente patriarcal, que ainda limita a atuação das mulheres como responsáveis diretas pelas atividades domésticas e de cuidados, dificultando sua participação direta em espaços públicos.

3. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA

3.1 INOVAÇÃO E/OU PROCESSOS DE APRENDIZAGEM INOVADORES

As inovações são percebidas no fato de, no contexto atual de conquistas individuais e da exploração dos recursos naturais, a experiência da comunidade tradicional de fundo de pasto de Bom Jardim apresenta um outro caminho possível. Produzindo de forma sustentável e realizando ações comunitárias como mutirões para cuidar dos criatórios, colheita, manutenção dos roçados e do território tradicional.

Outra inovação está em à comunidade tradicional de fundo de pasto adotar um modo de vida comunitário e sustentável envolvendo todos os públicos (homens, mulheres, jovens, indígenas) de maneira igualitária. A comunidade de Bom Jardim tem caminhado neste sentido, ao escolher o modo de viver, produzir e cultivar, mantendo a harmonia com a conservação do meio ambiente e a manutenção da Caatinga em pé. Dentre os apontamentos levantados durante o processo de sistematização na comunidade, alguns elementos se destacaram como a organização social e participação coletiva.

3.2 FATORES DE ÊXITO

Dos fatores de sucesso, citamos a organização comunitária e social da comunidade Bom Jardim e a sua participação na articulação política junto ao movimento de comunidades tradicionais de fundo de pasto, a articulação em redes e a participação em diversos espaços de discussões, contribuíram para a conquista do título de domínio coletivo da área da comunidade.

Destacamos ainda a defesa do território e da manutenção da Caatinga, com a organização dos comunitários para monitorar o território, evitando que ocorram queimadas, extração de madeiras, desmatamentos, caças de animais silvestres e desenvolver ações produtivas adequadas, como criação de animais, agricultura de sequeiro e extrativismo sustentável da Caatinga.



3.3 LIMITAÇÕES

Com a proposta coletiva, manter o grupo animado e participativo nas organizações locais e nas ações executadas no território é um desafio para a manutenção desse modo de vida.

É importante considerar as interferências externas sobre a comunidade, como por exemplo os empreendimentos que têm interesses econômicos no território, que causam divisões entre as pessoas da comunidade e interferem na biodiversidade local.

Paradoxalmente, foi levantado que mesmo existindo um grupo bem engajado na associação, mostrando-se muito articulado e envolvido na superação dos desafios e cuidado com o coletivo, algumas pessoas que moram ali, têm comportamento indiferente e até contrário às definições da associação, quando se trata de enfrentamento a estes empreendimentos que ameaçam a comunidade, mas que surgem com o discurso de progresso.

Essa condição de contrariedade aos demais pode ser justificada no fato de algumas pessoas prestarem serviços para os empreendimentos, sendo essa uma estratégia para que os negócios adentrem com mais facilidade nas comunidades e, em alguns casos, consigam posteriormente desarticular as organizações que existem e defendem o território.

Outro desafio enfrentado na comunidade, que foi possível perceber durante os relatos, está ligado ao descarte inadequado dos resíduos sólidos por parte de alguns moradores e moradoras. Esse ponto merece algumas observações mais amplas, pois em nenhum município do Território Sertão do São Francisco existe um plano de manejo de resíduos sólidos que atenda às comunidades rurais. Essa falta de atuação na política pública de saneamento básico, requer que as/os habitantes do campo construam suas estratégias de descarte e incineração dos resíduos sólidos por parte de cada família.

Sobre os desafios enfrentados pela comunidade, que estão ligados a fatores externos, os relatos são da deficiência ou ausência de políticas públicas e ações básicas que dependem do poder público municipal, junto com as demais esferas administrativas. A falta de acesso à água potável para o consumo das famílias tem sido um grande desafio, pois muitas residências possuem apenas a cisterna de consumo humano (16 mil litros), não existindo outra tecnologia de armazenamento de água que dê conta das outras demandas, tão necessárias para a higiene das famílias.

3.4 LIÇÕES APRENDIDAS

Das lições que ficam com a experiência a de maior destaque é realmente a organização social, seja ela formal (associação) ou informal, pois é a organização de um coletivo que permite as diversas outras ações e conquistas. A solidariedade é também muito comum entre as famílias, e é passada de geração em geração, assim como os costumes tradicionais e as manifestações religiosas, tudo isso contribuindo para o fortalecimento da identidade.

Outro ponto de destaque que se deve levar em consideração, é que o processo de identificação como comunidade tradicional e de construção das ações necessárias para defesa do território devem ser conduzidos pelas pessoas locais e por suas organizações, promovendo a autonomia local sobre suas vidas e território. Essa aprendizagem serve para evitar que organizações externas assumam esse papel impedindo que as pessoas e grupos locais possam ser os protagonistas da experiência. Em Bom Jardim, todas as conquistas e lutas só foram e estão sendo possíveis graças a organização de um coletivo, que busca os mesmos ideais.



3.5 SUSTENTABILIDADE DA EXPERIÊNCIA

As comunidades de fundo de pasto têm um jeito próprio de viver, realizar produção, manter as relações sejam de parentesco ou compadrio. É uma comunidade que tem mais de 200 anos de existência e, ao longo do tempo, sempre se manteve unida. Ainda que nos últimos anos venha enfrentando adversidades (grileiros, grandes empreendimentos), isso nunca interrompeu o processo e vivência natural da comunidade, com base nestes desafios a comunidade vem buscando estratégias de resistência e de fortalecimento. Economicamente, sua forma de atuação cooperativa entre os comuns, seja para um coletivo ou para uma pessoa/família específica, é um fator de distinção que perpassa o modo de vida tradicional.

Nesses 200 anos, a comunidade reitera sua capacidade de sustentabilidade ambiental, mantendo a preservação da floresta nativa de Caatinga ao longo do tempo devido a sua visão e modo de vida, atravessando as diferentes mudanças e impactos. Além disso, articulação e integração de redes e o apoio de diferentes instituições vem contribuído para as discussões da defesa e permanência no território, fortalecendo a comunidade no enfrentamento dos desafios e ameaças que surgem, para que se mantenha ativa e viva.

3.6 REPLICAR E/OU ESCALAR

A experiência é de grande importância e atende diretamente algumas das necessidades específicas das famílias da região, contribuindo para um coletivo. Diversos aspectos podem ser citados, a coletividade, organização social, fatores culturais, religiosos e de geração de renda. Destacamos ainda a segurança alimentar garantida com os cultivos ao fundo das casas ou nas áreas individuais, com os criatórios de animais diversos (caprinos, suínos, bovinos e aves).

A experiência de fundo de pasto existe em outros contextos, e é fruto de uma série de episódios e fatores que demarcam o modo de vida tradicional em territórios semiáridos, em especial da Bahia. Assim como outras comunidades tradicionais guardiãs da biodiversidade, cada uma possui suas particularidades e formas de conduzir seus processos e ações, baseadas em seu histórico, cultura e tradição. Mas, em comum, todas elas buscam a defesa dos seus territórios, de seu modo de vida e sua biodiversidade, e mantém o espírito da coletividade, tão característico. Assim, as práticas identificadas podem ser apropriadas e estendidas para outros atores e outras regiões semiáridas, que passem por processos parecidos de organização social, convivência com o semiárido e defesa dos direitos territoriais.

A comunidade de Bom Jardim recebe diversas visitas, sejam de pesquisadores/as, técnicos/as, estudantes, inclusive pessoas de outros países (trazidas por organizações parceiras), todos/as interessados em conhecer a realidade local e o modo de vida na comunidade. Seus membros também participam de espaços de trocas de saberes, como formações e intercâmbios, indo dialogar em outros espaços e recebendo na comunidade. Os resultados desta experiência podem contribuir de maneira significativa, para atender necessidades de outras pessoas em outros lugares, principalmente na prática de conservação da Caatinga e dos benefícios ambientais como a conservação da água, do solo e da biodiversidade.

3.7 CONTRIBUIÇÃO PARA AMPLIAR A RESILIÊNCIA ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

A experiência contribui para ampliar a resiliência ambiental, social, econômica, política e/ou cultural das pessoas envolvidas frente a um cenário de mudanças climáticas, sobretudo com a prática de conservação das áreas de vegetação nativa, atuando diretamente para captura de carbono, aumento da biomassa e preservação do solo, ampliação da água disponível no meio ambiente, garantindo também a sustentabilidade dos sistemas produtivos.



A partir da experiência a comunidade tem o senso de pertencimento da sua área por ter o título de domínio coletivo, mecanismo que dá segurança jurídica para moradia e possíveis investimentos das famílias na área para a geração de renda. A conservação do bioma está intimamente ligada ao modo de vida das pessoas. O jeito de viver, produzir e cultivar, mantém a harmonia com a conservação do meio ambiente e a manutenção da Caatinga em pé. Por fim, as famílias têm um meio de produção tradicional, que preserva os recursos naturais e que passa, de geração em geração, noções onde se identificam a agroecologia e a sustentabilidade em suas práticas diárias.

3.8 CONCLUSÕES

As comunidades fundo de pasto do semiárido nordestino, persistem em manter o modo de vida e defender o seu território em meio às mudanças de contemporaneidade. A experiência de Bom Jardim, traz presente algumas características comuns a este tipo de comunidade, seja o cuidado com recursos naturais, preservando a biodiversidade, seja a luta por manutenção no território e defesa do modo de vida, que é único dessas comunidades.

Bom Jardim conserva a sua área de Caatinga (são guardiões da Caatinga), tem uma associação como representação social que faz discussão política sobre comunidades tradicionais, as suas principais fontes de renda são a criação de animais e o extrativismo sustentável, e do ponto de vista cultural, as pessoas ainda mantêm tradições como a realização de festejos religiosos, artesanatos manuais, e banda de pífano.

Seu processo de aprendizagem principal é a organização social, no qual todo o processo depende das pessoas da comunidade e da sua capacidade de relacionamento para estarem juntos no enfrentamento dos principais desafios. Com a experiência de Bom Jardim observamos que para obter bons resultados é preciso fortalecer as pessoas e as organizações. Além disso, é de extrema importância colocar os atores comunitários no centro dos debates e das decisões, pois serão essas pessoas que continuarão na comunidade tradicional de fundo de pasto conduzindo as ações necessárias para manutenção e defesa do território.

Bom Jardim e as demais comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, demonstram grande capacidade de produção e resiliência no semiárido brasileiro. Porém, são também necessárias ações e projetos que garantam condições para a permanência das famílias no território, através de políticas públicas e garantia de direitos indispensáveis para a qualidade de vida dos povos.

4. DEPOIMENTOS

“Aqui tem sossego, é muito bom pra se viver”

Ana Xavier de Andrade (indígena Kaimbé, agricultora, merendeira da escola e faz parte da banda de pífanos, outubro de 2021).

“Na comunidade tem de tudo, tem o artesanato que a gente faz com as coisinhas da caatinga, eu faço queijo, a gente planta o roçado, cria os animais e vive bem”

Ligia Santos dos Santos, 66 anos (artesã, agricultora e criadora de animais, outubro de 2021).

“Depois da chegada dessa empresa (eólica) nossos animais (bovinos) estão se espalhando muito, saindo da nossa área”

Antonio Damasceno de Carvalho, 66 anos (vaqueiro, criador de animais e agricultor, outubro de 2021)





Figura 5 Placa de identificação da Comunidade de Bom Jardim, 2021.

5. FONTES

ALCÂNTARA, Denilson Moreira de; GERMANI, Guiomar Inez. Fundo de Pasto: um conceito em movimento. Artigo apresentado no VIII Encontro Nacional de ANPEGE, 2009. Espaço e tempo: Complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba– Paraná, Setembro / outubro de 2009.

CUNHA M. C. et al. (org.) Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil [recursos]: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças – São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, 2021. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais5.pdf>>

CARVALHO, Aurélio Antunes de; TROILO, Gabriel; FERREIRA, Marcio Harrison dos Santos. Comunidades tradicionais de fundo de pasto: territórios de riqueza agrobiocultural e convivência com o semiárido. Áttema. Salvador, BA, 2020.

DIAS, S. C. S. Trajetória dos Fundos de Pasto na Bahia. VI Encontro Estadual de História, Salvador, 2013.

LEI Nº 12.910 DE 11 DE OUTUBRO DE 2013: <<http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/LeiDispoe.pdf>>

MP recomenda suspensão da instalação de parque eólico em Canudos- Ministério Público da Bahia. Meio Ambiente 21/07/2021 / Redator: George Brito, disponível em: <<https://www.mpba.mp.br/noticia/58211>>

Souza, Judenilton O. dos S. Manejo sustentável na criação de caprinos e ovinos na comunidade tradicional Fundo de Pasto de Ouricuri, município de Uauá-Ba. Dissertação (Pós-graduação em Extensão Rural) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Espaço Plural, Juazeiro-BA, 2021.

Sistematização finalizada em fevereiro de 2022.

O **Projeto DAKI – Semiárido Vivo** é uma iniciativa de Gestão do Conhecimento e Cooperação Sul-Sul entre regiões semi-áridas da América Latina, com foco na ampliação da resiliência dos povos e comunidades dos semiáridos aos efeitos das mudanças do clima. Centrado nas regiões do Grande Chaco Americano (Argentina), Corredor Seco da América Central (El Salvador) e Semiárido Brasileiro, o projeto atua identificando conhecimentos acumulados em experiências de agricultura resiliente ao clima, para criar pontes e intercâmbios entre boas práticas e seus protagonistas, e desenvolver capacidades técnicas através de processos de formação. A ação é financiada pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), coordenada por duas redes da sociedade civil – Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) e a Plataforma Semiáridos da América Latina –, e executada por um consórcio de organizações sociais: AP1MC (Semiárido Brasileiro), FUNDAPAZ (Argentina) e FUNDE (El Salvador).

PUBLICAÇÃO

Metodologia, Elaboração e Texto

Instituto Regional Da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA)

Edição e Revisão

Esther Martins

Projeto Gráfico

André Ramos [AR Design]

EQUIPE PROJETO DAKI-SEMIÁRIDO VIVO

Coordenação Geral e Coordenação Semiárido Brasileiro

Antonio Barbosa

Coordenação Grande Chaco Americano

Gabriel Seghezzeo

Coordenação Corredor Seco da América Central

Ismael Merlos

Gerência de Sistematização de Experiências

Esther Martins

Gerência de Formação

Ródica Weitzman

Gerência de Monitoramento e Avaliação

Eddie Ramirez

Gerência de Comunicação

Verônica Pragana

Acompanhamento técnico, metodológico e de produção de conteúdo

Júlia Rosas e Maitê Maronhas

Apoio Administrativo

Maitê Queiroz

Equipe de Monitoramento e Avaliação

Aníbal Hernandez e Daniela Silva

Equipe de Comunicação

Daniela Savid, Florencia Zampar e Nathalie Trabanino

A sistematização de experiências é um dos componentes do projeto DAKI-Semiárido Vivo, que tem como objetivos identificar, organizar, dar visibilidade e compartilhar aprendizagens sobre experiências e boas práticas sustentáveis e mais resilientes às mudanças climáticas, nas três regiões de atuação do projeto. Respeitando a riqueza de contextos, atores, natureza e modos de vida que compõem os semiáridos, os processos de sistematização se deram de modo articulado e heterogêneo, partindo da diversidade dos territórios para a interseção proposta pelo DAKI-Semiárido Vivo. Nesse sentido, cada região desenvolveu metodologias e processos de sistematização próprios, que seguiram critérios e categorias comuns, adaptados aos contextos locais. Estes processos seguiram as seguintes etapas: levantamento e identificação de experiências; sistematização em profundidade; produção de materiais e intercâmbios de conhecimento. Este material é resultado do processo de sistematização em profundidade, que gerou a Coleção de Experiências DAKI-Semiárido Vivo e com seus respectivos Cadernos de Casos.

No Caderno de Casos do Semiárido Brasileiro, o processo seguiu uma lógica de enraizamento territorial, na qual foram definidos 5 territórios prioritários para desenvolvimento dos processos de sistematização: Serra da Capivara no Piauí, Sertão do São Francisco na Bahia, Alto Sertão Sergipano, Chapada do Apodi no Rio Grande do Norte e Norte de Minas Gerais. Estes processos foram liderados por organizações de referência em cada um dos territórios, fortalecendo os arranjos territoriais e conhecimentos locais. Foram identificadas, selecionadas e sistematizadas 25 experiências (5 em cada território). As metodologias de sistematização seguiram diferentes caminhos e processos participativos, realizados pelas organizações responsáveis: Rio da Vida, visitas de campo, grupo focal, análise FOFA, dentre outras práticas que permitiram a participação e análise dos protagonistas sobre os processos vividos.

Metodologia, elaboração e texto



Proyecto ejecutado por



Financiado por

